

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - DEPARTAMENTO REGIONAL SENAI/PR

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 dezembro de 2021

1. Contexto Operacional

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI criado pelo Decreto Lei n.º 4.048, de 22 de janeiro de 1942 é uma entidade de direito privado, organizada pelo empresariado industrial, por meio da Confederação Nacional da Indústria – CNI e pelas Federações de Indústrias nos Estados, tendo o seu Regimento aprovado pelo Decreto n.º 494, em 10 de janeiro de 1962.

Com a atuação em todo o território nacional tem por objetivo atender as demandas de educação profissional, e de serviços técnicos e tecnológicos dos segmentos industriais.

Desde que foi instalado no Paraná em 12 de março de 1943, o SENAI/PR atende as necessidades na formação de jovens aprendizes, qualificação e habilitação profissional dos trabalhadores da indústria. Em busca do desenvolvimento pleno e sustentável, cumprindo sua missão, o SENAI/PR promove a educação para o trabalho e cidadania, desenvolve serviços técnicos e tecnológicos atendendo empresas em assessoria técnica e tecnológica, na produção e disseminação de informação, na adequação, geração e difusão de tecnologias.

A entidade, nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei n.º 2.613 de 23/09/1955, na condição de prestadora de serviços sociais autônomos goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais.

A Contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de salários, de acordo com o Decreto n.º 4.524 de 17/12/2002 artigo 9º, inciso VI. Conforme incisos I e II, artigo 46 deste Decreto, as entidades relacionadas no artigo 9º, inseridos os serviços sociais autônomos, não contribuem para o PIS/PASEP sobre o faturamento e são isentas da COFINS.

O Balanço Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa, assim como a execução da Receita e Despesa será transcrito no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, vinculado ao livro Diário nº 59.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Contábeis aplicadas ao Setor Público (NBCT TSP), segundo as peculiaridades do Plano de Contas e Manual de Padronização Contábil do Sistema Indústria, em consonância com a Lei nº 4320/64, de 17 de março de 1964 e da Lei 11.638/07 de 28 de dezembro de 2007.

2.2 Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

a) Regime de Registros Contábeis e Moeda de Apresentação

As receitas e as despesas são contabilizadas pelo regime de competência, e as demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

b) Disponibilidades, títulos e valores mobiliários

As disponibilidades, títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo ou valor de realização, incluindo quando aplicável os rendimentos, e as variações monetárias auferidas. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

c) Depósitos para recursos judiciais

Existem situações em que a entidade questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

d) Adiantamentos

Referem-se à adiantamentos de salários, férias, viagens e adiantamento à terceiros.

e) Estoques

Os estoques são formados por materiais didáticos e de expediente destinados às atividades operacionais da entidade, e estão avaliados pelo método PEPS, sendo reconhecidos ao resultado mediante o consumo.

A entidade opera com uma Central de abastecimento (CA), que tem por objetivo buscar o ganho operacional em suas operações e nas negociações com fornecedores de materiais didáticos e de expediente, atendendo as demandas de suas unidades no Estado do Paraná, mantendo o estoque mínimo e rotativo.

f) Valores a apropriar

Referem-se à compra antecipada de vale refeição e alimentação para créditos tempestivos aos colaboradores, e posterior apropriação das despesas e dos créditos correspondentes.

g) Despesas antecipadas

Correspondem aos valores pagos pela contratação de seguros, licenças de softwares e outras despesas que são apropriadas nas contas de resultado mensalmente, observando o período de vigência do contrato em consonância com o regime de competência.

h) Gestão do patrimônio e depreciação

O SENAI no que tange a aplicação dos procedimentos para registro contábil da reavaliação, depreciação, amortização e exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, adota os princípios previstos nas NBC TSP 07, aprovada pela Resolução CFC 2017/NBCTSP07, de 2017, e NBC TSP 09, aprovada pela Resolução 2017/NBCTSP09, de 2017, com base nas regras definidas na macro função SIAF nº 02.03.30 para o Setor Público, bem como, atende as normas internas, atos resolutórios e regulamentos definidos pelo CPC-SI Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Sistema da Indústria e Conselhos Nacionais.

Os procedimentos relativos ao Ativo Patrimonial encontram-se integrados com o Sistema Contábil através de ERP e sua conciliação é realizada mensalmente

A depreciação e amortização dos bens é realizada mensalmente e os valores correspondentes reconhecidos nas variações patrimoniais durante a vida útil econômica dos bens. Desde o ano de 2009 há uma constante prática de baixas de bens, evitando situações de obsolescência. Este procedimento contribui para que o ativo imobilizado reflita a situação real do patrimônio, sendo o saldo contábil e patrimonial ajustados periodicamente.

Os bens imóveis são registrados de acordo com o contrato de compra e venda e/ou documento de registro de imóveis, as construções, ampliações, reformas e melhorias são reconhecidas de acordo com o custo e a depreciação iniciada após a conclusão e informação da área de engenharia de obra finalizada e entregue. As benfeitorias em imóveis de terceiros são contabilizadas em conta contábil específica e sua amortização é realizada de acordo com o período de vigência do contrato de locação ou comodato. Os bens recebidos em doação obtidos a título gratuito, são registrados pelo valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico, ou valor patrimonial definido nos termos da doação, lei de doação específica, registro de imóveis ou documento devidamente assinado entre as partes pelos representantes legais. O ativo intangível é formado pelos softwares adquiridos e direitos autorais, mensurados com base no valor de aquisição ou produção, deduzidos da respectiva amortização acumulada, calculada de forma linear, com prazo de vida útil de até 5 (cinco) anos, considerando a obsolescência tecnológica desses ativos.

A Resolução nº 210 de 06/08/2004 do Conselho Nacional do SENAI estabelece que os bens móveis e imóveis devem ser depreciados da seguinte maneira: (i) Imóveis - Edificações 2% ao ano, (ii) Mobiliários, Máquinas e Equipamentos 10% ao ano e (iii) Veículos e Equipamentos de Informática 20% ao ano.

i) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros – Impairment

O objetivo do Teste de impairment é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Quando as expectativas de retorno dos ativos patrimoniais de longa duração são diminuídas, substancialmente, em virtude de situações adversas, não devem permanecer evidenciados no Balanço Patrimonial da empresa pelo seu valor de custo de aquisição depreciado (amortizado), uma vez que seu valor não demonstra mais capacidade de geração do benefício esperado, quando de sua aquisição.

A perda de impairment acontece quando o valor contábil é superior ao valor recuperável de um ativo de longa duração, ou grupo de ativos. Caso a empresa possua sinais internos e externos de que seus ativos estão registrados na contabilidade com valor acima do praticado no mercado, ou se a expectativa do benefício futuro a ser gerado pelo bem está abaixo do previsto, ela deve realizar

testes para demonstrar esta diferença. Desde o ano de 2016, o SENAI vem realizando o teste de Impairment em seus ativos, alternando a cada ano o grupo em que o teste é realizado.

No último período não houveram mudanças significativas que possam alterar os valores dos ativos, desta forma, para efeitos de verificação optou neste momento por realizar o teste de Impairment nos grupos de Veículos, considerando todos os veículos com referência na tabela FIPE e de uma amostra dos bens de Máquinas e Equipamentos, devido ao grande volume de bens deste grupo. Este teste busca verificar se houve redução do valor de mercado acima do esperado para o uso da entidade e se as mudanças ocorridas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, para qual a entidade está inserida afetaram o valor destes ativos.

Como parâmetro para definição de valor de mercado, foi considerado para os itens do grupo máquinas e equipamentos, a média de cotação de três valores em sites de vendas para produtos iguais ou na sua impossibilidade de itens similares de outras marcas, ressaltamos que foram retirados da amostra bens importados cujo valor varia em função do dólar e bens fabricados sob demanda, como bancadas didáticas, bancos de ensaios e containers adaptados para salas de aula, pois tanto os bens importados quanto os bens fabricados sob demanda, não possuem similares com valores disponíveis para pesquisa no mercado para o comparativo, assim como os itens adquiridos no ano corrente de 2021, por se tratarem de itens novos.

Para os Veículos leves, Utilitários e Caminhões, foram incluídos na amostra todos os bens que possuem referência na Tabela Fipe. Os Veículos adaptados e customizados para serem utilizados como Unidades Móveis, não foram comparados por se tratar de bens para uso específico sem referência no mercado.

Considerando as análises efetuadas não apuramos situações em que os ativos necessitem de revisão e ajustes, bem como, não identificamos a necessidade de reconhecimento de perdas por impairment, uma vez que o total dos valores recuperáveis na totalidade das contas analisadas ou valores justos são superiores aos saldos contábeis.

j) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

k) Convênios e acordos

Referem-se a direitos e obrigações relativos a convênios e acordos firmados com Entidades de direito público ou privado.

l) Sistema Indústria Conta Movimento

Referem-se as operações e conta corrente mantidas entre os Departamentos Regionais, Departamento Nacional, e demais entidades do Sistema FIEP.

m) Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial.

3. Ativo Circulante

3.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

A movimentação de recursos financeiros ocorreu da seguinte forma:

DESCRIÇÃO		VALOR – em R\$
2020	Saldo de Caixa e Bancos - Exercício Anterior	1.956.329,24
	Aplicações Financeiras – Exercício Anterior	51.903.380,53
	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	53.859.709,77
2021	Saldo de Caixa e Bancos – Exercício Atual	6.294.965,99
	Aplicações Financeiras – Exercício Atual	68.515.024,83
	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	74.809.990,82

O Índice de Liquidez Corrente (AC/PC) que representa a disponibilidade financeira no exercício para liquidação das obrigações em curto prazo alcançou 1,24 no final de 2021. Portanto, para cada real de passivo circulante haverá R\$ 1,24 de disponibilidade.

O saldo das aplicações financeiras contempla o valor de R\$ 3.399.538,78 vinculados a execução de convênios.

3.2 Créditos a Receber

É composto por valores a receber oriundos de Arrecadação Compulsória Indireta, saldo de clientes, operações junto a Departamentos Regionais e Nacional do Sistema Indústria, adiantamento a empregados, convênios e projetos estratégicos e outros, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Cientes a Receber	2021	2020
Cientes a Receber a Curto Prazo	24.991.460,17	21.192.747,49
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.861.044,32)	(5.136.985,11)
Sub-total	21.130.415,85	16.055.762,38
Demais Créditos a Receber	2021	2020
Adiantamento a Empregados	2.314.460,08	2.008.267,65
Adiantamentos Concedidos	2.848.541,98	1.534.774,62
Departamento Conta Movimento	21.923,46	270.514,94
Receitas a Receber	14.760.423,34	12.888.417,00
Sistema Indústria Conta Movimento	1.517.064,87	1.032.686,39
Convênios e Acordos	16.200,00	21.600,00
Contas Correntes Ativas	55.775,81	29.001,79
Depósitos em Garantia	146.949,77	185.483,56
Impostos a Recuperar	8.328,79	351.291,11
Sub-total	21.689.668,10	18.322.037,06
Total Geral de Créditos a Receber	42.820.083,95	34.377.799,44

Para o exercício de 2021, observado ao disposto no CPC/SI – Receitas de Clientes e CPC/SI – Provisão de Devedores Duvidosos de Clientes, bem como o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetivou-se a baixa dos títulos vencidos a mais de 540 dias, totalizando o

montante de R\$ 4.486.895,98. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é composta pelos títulos vencidos entre 181 a 539 dias considerando a data base 31/12/2021, no montante de R\$ 3.861.044,32 dessa forma, o saldo líquido contábil de clientes a receber a curto prazo, no final do exercício de 2021, foi de R\$ 21.130.415,85. A rubrica contábil adiantamento a empregados encerrou o ano de 2021 com o saldo de R\$ 2.314.460,08 e 2020 com saldo de R\$ 2.008.267,65. Os valores em questão representam adiantamentos de férias e salários.

A rubrica contábil “Sistema Indústria Conta Movimento” representa os valores a receber oriundos de entidades vinculadas ao Sistema Indústria relativo aos rateios de despesas correspondentes as operações compartilhadas.

3.3 Despesas Antecipadas

Representam valores a serem apropriados ao resultado durante a sua vigência contratual, sendo composta conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2021	2020
Licenças de Software	288.006,36	166.912,68
Seguros a Apropriar	15.721,60	144.057,08
Antecipação à Fomecedores	0,00	2.759,08
TOTAL	303.727,96	313.728,84

A cobertura de seguros de bens móveis e imóveis está contemplada em apólice conjunta entre SESI PR e SENAI PR, na modalidade de LMI – Limite Máximo de Indenização, sendo o limite máximo de indenização, no montante de 70 milhões, podendo ser utilizado para qualquer um de seus imóveis.

Com base no histórico de utilização de seguros, e valores individuais de cada unidade, foi apurado que o valor atual do LMI- Limite Máximo de Indenização, atende as necessidades e riscos dos bens móveis e imóveis do sistema FIEP, desta forma são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados à garantia de valores e bens de propriedade do SENAI/PR.

4. Ativo Não Circulante

4.1 Realizável a Longo Prazo

Depósitos para Recursos Judiciais

É composto por depósitos judiciais trabalhistas e depósitos judiciais tributários, conforme demonstrado abaixo:

DESCRIÇÃO	2021	2020
Depósitos Judiciais Trabalhistas	854.926,71	1.051.758,13
Depósitos Judiciais Tributários	3.652.724,41	3.748.021,57
Depósitos e Retenções Judiciais Cíveis	1.343,87	1.343,87
Depósitos Judiciais INSS Patronal sobre Folha ¹	32.332.285,53	14.899.278,80
Depósitos Judiciais PIS sobre Folha ¹	1.539.046,06	688.231,35
Depósitos Judiciais RAT/SAT sobre Folha ¹	811.665,13	374.173,12
Total	39.191.991,71	20.762.806,84

Os depósitos judiciais trabalhistas são realizados de acordo com o andamento dos processos, considerando o acompanhamento e a solicitação da Gerência Executiva Jurídica, Riscos e Compliance do Sistema Fiep. As baixas dos valores ocorrem mediante o encerramento da ação.

Os valores dos Depósitos Judiciais Tributários, referem-se basicamente à processos previdenciários em fase de discussão judicial, porém por decisão estratégica vem-se efetivando os recolhimentos à título de depósitos judiciais, estando em equilíbrio com a provisão em Contingências Judiciais.

¹ Por decisão da Administração, a partir de janeiro de 2020, a Entidade ingressou com ação judicial visando defender o seu direito de não recolher as contribuições para a seguridade social, em especial as Contribuições Previdenciárias Patronais previstas no artigo 22, incisos I, II e III da Lei nº 8.212/91, e da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS. Nesse sentido os valores devidos mensalmente passaram a ser depositados em juízo em contrapartida as obrigações mensais constituídas. O Juízo da 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal concedeu liminar para suspender a exigibilidade do recolhimento aos tributos, porém por decisão da administração a Entidade vem efetivando os recolhimentos à título de depósitos judiciais.

4.2 Imobilizado

O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação e amortizações. A taxa de amortização na rubrica Benfeitorias em Imóveis de Terceiros é variável e está baseado na vigência dos contratos de locação ou comodatos firmados pela entidade.

A composição do imobilizado está demonstrada conforme quadro abaixo:

Imobilizado		2021			2020		
Contas Contábeis	Taxa Anual depreciação e amortização	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor Líquido
Imóveis		255.321.756,55	40.380.845,13	214.940.911,42	252.833.668,86	34.429.271,21	218.404.397,65
Terrenos	0%	31.398.915,36	-	31.398.915,36	31.398.915,36	-	31.398.915,36
Prédio	2%	156.687.812,87	29.169.662,06	127.518.150,81	155.709.176,06	26.055.480,14	129.653.695,92
Construções em andamento	0%	4.427.656,49	-	4.427.656,49	3.453.066,57	-	3.453.066,57
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2%	62.807.371,83	11.211.183,07	51.596.188,76	62.272.510,87	8.373.791,07	53.898.719,80
Móveis		223.891.331,77	145.076.381,18	78.814.950,59	200.746.444,13	127.975.392,99	72.771.051,14
Imobiliários em geral	10%	13.110.266,94	9.779.302,82	3.330.964,12	12.914.688,67	9.028.117,69	3.886.570,98
Veículos	20%	25.432.388,82	19.613.908,80	5.818.480,02	25.432.388,82	16.035.024,24	9.397.364,58
Máquinas e equipamentos	10%	140.576.427,66	87.063.143,72	53.513.283,94	119.975.443,77	77.040.668,29	42.934.775,48
Equipamentos médicos, cirurgicos, odontológicos e laboratoriais	10%	4.354.932,47	1.464.638,34	2.890.294,13	4.131.140,03	1.038.156,75	3.092.983,28
Equipamentos de informática	20%	36.576.129,96	24.772.301,60	11.803.828,36	26.498.335,05	22.787.395,63	3.710.939,42
Equipamentos de comunicação	10%	3.498.083,93	2.068.422,92	1.429.661,01	3.515.680,58	1.733.595,14	1.782.085,44
Outros Bens Móveis	10%	343.101,99	314.662,98	28.439,01	354.388,11	312.435,25	41.952,86
Importações em andamento de bens imobilizados	0%	-	-	-	7.924.379,10	-	7.924.379,10
Total Geral		479.213.088,32	185.457.226,31	293.755.862,01	453.580.112,99	162.404.664,20	291.175.448,79

4.3 Intangível

A composição do intangível está demonstrada pelo custo de aquisição deduzido da amortização. A taxa da amortização é variável e está baseado no tempo de vigência da contratação dos softwares, e da expectativa de retorno econômico com os direitos autorais.

Os bens intangíveis se referem a Direitos Autorais com Produção de Vídeos, implantação de Software 2PS-Sistema de Planejamento de Produção, Software de Controle Integral de Gestão – CIG, Microsoft AX CRM, BPM, SGE, ERP Dynamics, Sistema de Backup de Dados, Sistema de Folha de Pagamento, Comunicações Integradas, Aprovações Integradas, Deep Freeze, APP-

Consultor, ECM e Broker, SGT-Sistema de gestão tecnológica, APP-Análise de negócios e Gestão laboratorial automação calibração e ensaios, desenvolvimento de base de dados Power BI e EAD Semipresencial.

A composição do Intangível está constituída conforme quadro abaixo:

Intangível		2021		2020		
Contas Contábeis	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Dieritos autorais	942.777,97	145.001,64	797.776,33	416.875,05	59.772,22	357.102,83
Softwares	28.271.929,88	20.454.592,78	7.817.337,10	27.526.860,71	16.550.271,81	10.976.588,90
Total	29.214.707,85	20.599.594,42	8.615.113,43	27.943.735,76	16.610.044,03	11.333.691,73

5. Passivo e Patrimônio Líquido

5.1 Passivo Circulante

a) Fornecedores

A rubrica corresponde a obrigações da entidade decorrentes de serviços contratados e materiais adquiridos até a data do balanço.

b) Provisões

As provisões de férias são calculadas considerando o número de avos de férias devidos aos colaboradores, acrescido de 1/3 mais encargos calculados sobre a remuneração. O valor demonstrado em outras provisões trata-se de valores designados à ABESSFI-Associação dos Funcionários, contribuições sindicais, seguros, e taxas administrativas de bolsa estágio a serem repassados no mês de janeiro do ano seguinte.

Provisões Curto Prazo	2021	2020
Férias	10.268.540,01	8.692.445,97
Outras Provisões	119.949,89	109.747,23
Total	10.388.489,90	8.802.193,20

c) Convênios Arrecadação Direta

Refere-se ao repasse de 15% ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Nacional, oriundo dos recursos recebidos pelas Contribuições Compulsórias Diretas.

d) Convênios e Acordos

Refere-se ao recebimento de recursos para a execução de projetos, convênios e acordos em benefício da indústria. Os valores permanecem em aplicações financeiras, e o resgate ocorre de acordo com os dispêndios para a execução das ações correspondentes.

Convênios e Projetos	2021	2020
Projetos Departamento Nacional	646.400,31	2.856.141,73
Convênio SEBRAE	32.222,46	25.000,00
Projeto Inovação p/Indústria	61.492,83	307.879,09
Convênio Prefeituras do Paraná	135.926,72	131.865,39
Convênio EMBRAPPII	2.800.477,63	1.940.391,68
Convênio Petrobras	423.778,73	23.729,21
Projetos Sistema Indústria	721.585,30	-
Convênio Empresas Privadas	2.908.008,90	999.797,83
Convênios a Apropriar	29.899,98	442.810,60
Convênio Estado do Paraná	-	218.184,62
Total	7.759.792,86	6.945.800,15

e) Restos a pagar

O conceito de restos a pagar adotado pelo Sistema Fiep baseia-se na Lei 4.320/64, que institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Representam as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício corrente distinguindo-se as processadas das não processadas. O Saldo de restos a pagar da Entidade refere-se à restos a pagar não-processados. Nesse caso, o credor ainda não realizou o serviço ou entregou o material.

As apropriações de 2021 foram contabilizadas em contrapartida de Despesas de Capital, sendo que o saldo de restos a pagar é composto por apropriações do exercício de 2021 e valores remanescente de 2020, conforme quadro a seguir.

Restos a pagar	2021
Saldo remanescente de 2020	2.780.207,06
Apropriações de 2021	25.005.824,69
Total	27.786.031,75

f) Demais Obrigações a Curto Prazo

A composição das outras obrigações a curto prazo está constituída conforme quadro abaixo:

Demais Obrigações a Curto Prazo	2021	2020
Receitas a Apropriar no Exercício	12.119.584,46	9.614.479,73
Total	12.119.584,46	9.614.479,73

O valor da rubrica receitas a apropriar no exercício corresponde a obrigação de serviços a prestar, considerando compromissos assumidos com clientes. A contrapartida da respectiva conta é a rubrica clientes a receber quando da assinatura do contrato de prestação de serviços. A liquidação dos valores na rubrica receitas a apropriar se dá pela execução do serviço e seu respectivo faturamento.

5.2 Passivo Não Circulante

a) Empréstimos e Financiamentos

A Resolução n.º 515/2011 de 29 de novembro de 2011, aprovou a celebração com o BNDES de contrato de financiamento para a implantação do Programa SENAI de Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira. O Programa visa aumentar o papel do SENAI como agente do avanço da competitividade da indústria brasileira, reforçando a sua atuação estratégica em apoio aos programas e políticas estruturantes de interesse da indústria.

O Programa SENAI de Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira conta com o apoio do BNDES na forma de financiamento dos investimentos necessários à ampliação da capacidade instalada.

As condições do empréstimo abordadas na citada Resolução estabelecem os seguintes principais aspectos:

- início do empréstimo em janeiro de 2012;
- celebração de “contrato - mãe” com o BNDES contemplando o valor total do financiamento de R\$ 1,5 bilhões;
- prazo de 3 anos para celebração de subcontratos;
- gestão do “contrato - mãe” realizada pelo Departamento Nacional;
- desembolsos do empréstimo realizados em subcontratos semestrais com concordância dos Departamentos Regionais;
- taxa de juros nominal de TJLP + 1,4% ao ano;
- Carência de 3 anos para pagamento do principal e amortização em 12 anos, contados do recebimento de cada parcela do empréstimo, previstas nos subcontratos.
- juros incidentes pagos a partir do recebimento de cada parcela do empréstimo.

A amortização do empréstimo junto ao BNDES é efetuada diretamente pelo Departamento Nacional, cabendo ao SENAI/PR o ressarcimento de valor equivalente a 49% das parcelas de amortização de principal e encargos pagos pelo Departamento Nacional.

Representação da dívida por entidade

Provisão Contábil	Curto Prazo	Longo Prazo	Saldo Total a Pagar 2021
COTA SENAI PR 49%	8.246.335,66	50.616.498,01	58.862.833,67
COTA SENAI DN 51%	8.582.920,78	52.682.477,53	61.265.398,31
Saldo Total do Empréstimo	16.829.256,44	103.298.975,54	120.128.231,98
<i>Rendimento Aplicação Financeira</i>	<i>99.834,84</i>	<i>0</i>	<i>99.834,84</i>
Saldo Total - Provisão Contábil	16.929.091,28	103.298.975,54	120.228.066,82

Os saldos dos valores dos rendimentos de aplicações financeiras da conta bancária específica para movimentação dos recursos correspondentes ao empréstimo do BNDES são repassados trimestralmente ao Departamento Nacional. Em 2021 representaram o montante de R\$ 99.834,84, e em 2020 o montante de R\$ 2.439,02.

Para o encerramento do exercício, os saldos dos empréstimos foram devidamente atualizados ao seu valor justo.

Demonstração da evolução da dívida					
Saldo anterior	Recebimentos	Juros e atualizações monetárias	Amortizações	Juros pagos	Saldo a pagar 2021
127.937.759,69	8.255.583,81	7.599.434,32	(16.083.667,17)	(7.580.878,67)	120.128.231,98

b) Demais Obrigações a Longo Prazo

É composto por provisões referente a Contingências Trabalhistas e Tributárias, conforme quadro abaixo:

Descrição	2021	2020
Contingências Trabalhistas	2.411.813,06	4.294.832,29
Contingência Judicial RAT e Terceiros Folha ¹	2.864.994,11	2.864.994,11
Contingência Judicial INSS Patronal sobre Folha ²	33.905.340,67	16.436.319,90
Contingência Judicial PIS sobre Folha ²	1.671.432,81	818.675,71
Contingência Judicial SAT/RAT sobre Folha ²	850.217,75	411.851,32
Total	41.703.798,40	24.826.673,33

O valor provisionado para as contingências trabalhistas contempla as ações julgadas pela procuradoria jurídica como perda provável, considerando a particularidade e o status das ações. O valor das ações classificadas com condição de perda provável é de R\$ 2.411.813,06, possível R\$ 1.467.400,00 e remota R\$ 52.000,00, sendo que, para estas duas últimas, aplica-se apenas a sua divulgação.

O reconhecimento contábil das ações com o status de perda provável está em consonância com o Pronunciamento Contábil do Sistema Indústria CPC/SI Contingências Judiciais.

¹ A Contingência Judicial RAT e Terceiros Folha corresponde as competências de março de 2010 até janeiro de 2014, em que a Entidade discute judicialmente as alíquotas atribuídas ao RAT e as incidências de Salário Educação e INCRA sobre a folha de pagamento e para os quais possui depósito judicial integral.

² Por decisão da Administração a partir de janeiro de 2020, a Entidade ingressou com ação judicial visando defender o seu direito de não recolher as contribuições para a seguridade social, em especial as Contribuições Previdenciárias Patronais previstas no artigo 22, incisos I, II e III da Lei nº 8.212/91, e da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS. Nesse sentido os valores devidos mensalmente passaram a ser depositados em juízo em contrapartida as obrigações mensais constituídas. O Juízo da 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal concedeu liminar para suspender a exigibilidade do recolhimento aos tributos, porém por decisão da administração a Entidade vem efetivando os recolhimentos à título de depósitos judiciais.

5.3 Patrimônio Líquido

O Superávit do Exercício no valor de R\$ 28.334.647,21 foi obtido conforme quadro abaixo:

PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	
DESCRIÇÃO	VALOR – em R\$
PATRIMÔNIO SOCIAL ACUMULADO DO EXERCÍCIO DE 2020 (A)	192.237.977,70
ACRÉSCIMO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 2021	
RECEITAS (B)	311.210.185,89
RECEITAS CORRENTES	296.601.370,62
RECEITAS DE CAPITAL	14.608.815,27
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS E FINANCEIRAS (B)	48.713.365,23
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	28.159.297,91
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.872.565,79
VARIAÇÕES FINANCEIRAS	18.681.501,53
TOTAL (B)	359.923.551,12
DIMINUIÇÃO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 2021	
DESPESAS (C)	292.902.889,45
DESPESAS CORRENTES	244.157.697,18
DESPESAS DE CAPITAL	48.745.192,27
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS E FINANCEIRAS (C)	38.686.014,46
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	30.170.028,78
VARIAÇÕES FINANCEIRAS	8.515.985,68
TOTAL (C)	331.588.903,91
SUPERAVIT PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 2021 (D)	D=(B)-(C)
	28.334.647,21
PATRIMÔNIO SOCIAL FINAL EM 2021	= (A)+(D)
	220.572.624,91

O Patrimônio Social, em 31 de dezembro de 2021, está assim distribuído:

DESCRIÇÃO	VALOR – em R\$
Saldo Financeiro Livre	23.376.329,39
Realizável a Longo Prazo	39.828.094,02
(-) Exigível a Longo Prazo	(145.002.774)
Imobilizado	293.755.862,01
Intangível	8.615.113,43
PATRIMÔNIO SOCIAL	220.572.624,91

O Saldo Financeiro Livre no valor de R\$ 23.376.329,39, foi obtido conforme demonstrativo abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR – em R\$
(a) Ativo Circulante	119.802.748,23
(b) Passivo Circulante	96.426.418,84
SALDO FINANCEIRO LIVRE = (a)-(b)	23.376.329,39

6. Orçamento Executado

O orçamento inicial do exercício de 2021, no valor de R\$ 313.366.249,11 (trezentos e treze milhões, trezentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e nove reais e onze centavos), foi aprovado pela Resolução nº. 008/2020 de 24 de setembro de 2020, do Conselho Regional do SENAI/PR.

Através da Resolução 06/2021 de 27 de maio 2021, do Conselho Regional do SENAI/PR, foi aprovada a proposta de retificação orçamentária para o valor de R\$ 337.355.000,00 (trezentos e trinta e sete milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil reais) registrando um acréscimo de 7,66% sobre o orçamento inicial;

O resultado orçamentário obtido está demonstrado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2021	2020
Receita Orçada	337.355.000,00	308.518.010,00
Receita Arrecadada	311.210.185,89	290.411.904,22
Arrecadada a Menor	26.144.814,11	18.106.105,78
Despesa Autorizada	337.355.000,00	308.518.010,00
Despesa Realizada	292.902.889,45	266.897.047,35
Realizada a Menor	44.452.110,55	41.620.962,65
Déficit/Superávit Orçamentário	18.307.296,44	23.514.856,87

A execução orçamentária apresentou a seguinte composição:

Receitas

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação %
Receita de Contribuições	186.107.221,71	151.843.419,87	22,6%
Receitas Financeiras	3.265.916,25	4.818.911,12	-32,2%
Receitas de Serviços	85.695.848,93	69.644.365,88	23,0%
Outras Receitas Correntes	906.510,86	622.412,53	45,6%
Convênios	9.025.266,90	12.156.053,11	-25,8%
Apoios Financeiros	11.600.605,97	25.510.904,13	-54,5%
Total da Receita Corrente	296.601.370,62	264.596.066,64	12,1%
Operações de Crédito	6.406.144,89	21.510.701,54	-70,2%
Alienação de bens imóveis	0,00	766.251,64	-100,0%
Subvenções e Auxílios	8.202.670,38	3.538.884,40	131,8%
Total da Receita de Capital	14.608.815,27	25.815.837,58	-43,4%
Total Geral da Receita	311.210.185,89	290.411.904,22	7,2%

As receitas correntes no montante de R\$ 296.601.370,62, representaram 95,31% das receitas totais, enquanto as receitas de capital no total de R\$ 14.608.815,27 representaram 4,69% do total das receitas.

Despesas

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação %
Pessoal e Encargos Sociais	141.998.086,14	137.122.534,18	0,04
Ocupação e Utilidades	5.241.854,24	5.037.974,55	0,04
Materiais	12.607.391,96	11.517.451,67	0,09
Transportes e Viagens	2.814.278,53	2.252.311,53	0,25
Material de Distribuição Gratuita	252.049,93	30.573,21	7,24
Serviços de Terceiros	58.267.917,12	46.284.074,03	0,26
Despesas Financeiras	9.419.864,07	9.265.526,31	0,02
Impostos Taxas e Contribuições	429.529,82	412.049,28	0,04
Despesas Diversas	7.300.449,40	6.143.602,33	0,19
Contribuições e Transferências Regulamentares	5.483.992,51	4.478.343,15	0,22
Convênios	19.415,71	18.000,00	0,08
Auxílio a Terceiros	322.867,75	98.195,16	2,29
Total da Despesa Corrente	244.157.697,18	222.660.635,40	0,10
Investimentos	32.654.993,69	37.292.411,75	-0,12
Inversões Financeiras	6.531,41	5.011,24	0,30
Amortização da Dívida	16.083.667,17	6.938.988,96	1,32
Total das Despesas de Capital	48.745.192,27	44.236.411,95	0,10
Total Geral da Despesa	292.902.889,45	266.897.047,35	0,10

As despesas correntes no montante de R\$ 244.157.697,18, representaram 83,4% das despesas totais, enquanto as despesas de capital no total de R\$ 48.745.192,27 representaram 16,6% do total das despesas.

Gratuidade

Em atendimento ao artigo 10º § 2 do regimento do SENAI, o Departamento Regional do Paraná, destinou para gratuidade em 2021 o montante de R\$ 113.088,201, o que corresponde à 65,69% da receita líquida de contribuição geral.

Demonstrativo do Cumprimento da Aplicação da Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC) em Gratuidade Regimental.

	Realizado 2021
RECEITAS	
Receita Bruta de Contribuição Compulsória (RBCC)	186.107.221,71
Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC)¹	172.149.180,08
Compromisso de Aplicação de Recursos em Gratuidade²	114.754.643,44
DESPESAS	
<i>Total em Educação em Gratuidade</i>	225.373.358
	113.088.201
ALUNO-HORA³	
A luno-hora realizado (Fase Escolar)	13.995.642
A luno-hora realizado em Gratuidade (Fase Escolar)	5.222.981
Resultado do Cumprimento da Aplicação de Recursos em Gratuidade⁴	(1.666.442,90)
Percentual da Receita Líquida de Contribuição Destinado à Gratuidade	65,69%

Fonte: Gerência de Planejamento, Orçamento e Monitoramento - GPOM.

1. Receita Líquida de Contribuição Compulsória: Corresponde a 92,5% da Receita Bruta de Contribuição Compulsória Geral, em conformidade com o Art. 68, §1º do Regimento do SENAI, atualizado pelo Decreto Lei nº 6.635, de 5 de novembro de 2008.

2. Compromisso de Aplicação de Recursos em Gratuidade: Corresponde à meta de segurança de 66,66% da Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC).

3. Hora-Aluno: Considera a soma das horas destinadas ao desenvolvimento dos alunos matriculados em cursos de educação profissional e tecnológica, dentro de um determinado período, nas unidades operacionais.

4. Resultado do Cumprimento da Aplicação de Recursos em Gratuidade: Corresponde ao resultado (positivo ou negativo), da aplicação de recursos da receita líquida de contribuição compulsória destinada para a gratuidade, em relação a meta regimental.

Cálculos realizados de acordo com a metodologia de aplicação do compulsório em educação e em gratuidade no SENAI-PR conforme divulgação do SENAI Nacional.

7. Considerações acerca da Pandemia COVID-19

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta de uma nova doença, depois que autoridades chinesas notificaram casos de uma pneumonia com diferentes características das já então conhecidas. No dia 9 de janeiro, foi anunciado pela OMS que os casos de pneumonia estariam ocorrendo devido a um novo Coronavírus, tipo semelhante ao da Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars). No Brasil, a pandemia foi reconhecida no final de fevereiro de 2020, com a confirmação de um caso no estado de São Paulo, porém a disseminação da doença se alastrou para todos os estados.

Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) decorrente das doenças relacionadas ao novo coronavírus (Covid-19), tendo o Congresso Nacional reconhecido a ocorrência de estado de calamidade pública em 20 de março, editando do Decreto Legislativo nº 06.

Com isso, uma das primeiras iniciativas adotadas foi a redefinição das estratégias para o período, resultando na criação do Tripé Estratégico que envidou esforços nas frentes de Portfólio, Estruturas e Pessoal, de modo a direcionar a atuação da organização para garantir a qualidade dos serviços e adequação do portfólio a nova realidade, além de continuamente avaliar a capacidade das estruturas e do corpo técnico frente as novas necessidades e demandas para manutenção da saúde financeira.

Em 2021 foi observado um movimento de recuperação da atividade econômica mundial, contudo, alguns impactos da crise desencadeada pela pandemia, como a desorganização das cadeias produtivas, o forte aumento de custos industriais e a alta da inflação, ainda persistem e devem continuar a condicionar a evolução da atividade econômica na maioria dos países durante algum tempo. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) projeta crescimento de 5,7% do PIB mundial em 2021 e 4,5% em 2022” (IPEA, Carta de Conjuntura, 2021). Na mesma direção dos avanços dos processos de imunização contra a Covid-19 no mundo, as projeções de crescimento econômico têm apontado para um crescimento do PIB em 2022, porém essas projeções estimam um ritmo de crescimento menor que o ano anterior.

Com fatores externos, tivemos o impacto da continuidade da pandemia e das medidas de isolamento social ao longo do primeiro semestre de 2021. Além destes aspectos, internamente, em resposta aos reflexos da pandemia iniciada em 2021, continuou-se as atividades com base no Tripé Estratégico, com frentes de trabalho nos temas Portfólio, Estruturas e Pessoal, realizando as seguintes ações: a) Portfólio: durante o exercício de 2021 atuamos com a revisão do portfólio dos serviços ofertadas tendo como direcionador as necessidades das indústrias paranaenses. Foram promovidas rodadas de desenvolvimento de novos serviços em parceria com a indústria. Além deste aspecto, promovemos ações de reforço aos alunos, visando minimizar as defasagens causadas pela pandemia da covid-19. b) Estruturas: foi mantido o trabalho de reestruturação interna das instalações e áreas, visando uma maior produtividade e integração das unidades operacionais de negócios. Além disso, os recursos tecnológicos foram potencializados para servir tanto como ferramentas para o regime de teletrabalho quanto para a oferta dos serviços e soluções ofertadas pelas entidades. c) Pessoas: no ano de 2021, e com avanço das vacinas em toda a população, o Sistema Fiep institui o Protocolo de Retorno as Atividades Presenciais com Segurança. A partir do treinamento obrigatório realizado pela Universidade Corporativa, as Unidades do estado voltaram a receber público em atividades presenciais dentro dos protocolos de prevenção a covid-19. Ao longo de 2021, ainda com cenário de incertezas em relação ao retorno das atividades presenciais, foram envidados esforços com foco no cuidado com a sustentabilidade e continuidade das atividades do SENAI no Paraná, bem como cuidado com a segurança e saúde dos colaboradores e públicos de relacionamento.

O aquecimento da indústria trouxe uma arrecadação do compulsório acima do previsto, o mesmo não ocorreu com a receita de prestação de serviços em virtude da realização um pouco abaixo dos patamares planejados. As despesas, por consequência da necessidade de um novo modelo de operação para continuidade do atendimento dos serviços, oportunizaram uma redução nos gastos operacionais vinculados a infraestrutura, encerrando o exercício com realização abaixo do previsto.

Curitiba, 31 de janeiro de 2022.

Rogério Fagundes de Almeida
Contador
CRC/PR 050003/O-6

Fabiane Franciscone
Diretora Regional
SENAI-PR

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Sistema Fiep. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5CA5-827A-A041-9141> ou vá até o site <https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5CA5-827A-A041-9141



Hash do Documento

5A723640FB819C81EB3494A9D4CE8DE6AA2FA8744312A9E83FB528EC2DDF4108

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/02/2022 é(são) :

Fabiane Franciscone - 448.142.400-15 em 17/02/2022 15:47

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

Rogerio Fagundes De Almeida - 029.162.989-08 em 16/02/2022

18:36 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

